O ECHO DA VERDADE

O ECHO DA VERDADE. MARANHÃO, TYP. DO PROGRESSO, 1860.

26 MAR. 1860 - N. 10

OBSERVAÇÃO:

- O ORIGINAL APRESENTA PÁGINAS MUTILADAS, MANCHADAS E/OU ILEGÍVEIS.

1 8 6 0

MARÇO = N. 10

O ECHO DA VERDADE.

N.º 10.

Segunda-feira 26 de Março.
1860.

Assim como houve um Soberano, que pensava nada ter feito, enquanto lhe restava alguma coisa a fazer; a imprensa, por mais que trabalhe, pensará sempre não ter conseguido nada, em quanto não vir acimada por toda a parte a liberdade e a verdade.

A impostura e o engano alimentam a muita gente que não tem emprego e morrem de fome se a verdade surgisse com todo o seu fulgor e dissipasse os erros e illusões do genero humano.

Publica-se em dias indeterminados, assigna-se a 2:000 por 8 numeros, recebe-se toda e qualquer correspondencia relativamente ao seu programma.

CONSTITUIÇÃO DO IMPERIO

§ IV do Art. 179. — Todos podem communicar os seus pensamentos por palavras, escripto ou publica-los pela imprensa, sem dependencia de censura, com tanto que hajão de responder pelos abusos que commetterem no exercicio deste direito, nos casos e pela forma que a Lei determinar.

§ XIII. A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, e recompensará em proporção dos merecimentos de cada um.

O ECHO DA VERDADE.

I.

—A ser certo o boato que grassa, de que o *Conservador* presentemente está se imprimindo no quintal ou varanda da casa do Redactor (auzente) por ter o Sr. Frias deixado de continuar a fazer a impressão delle em sua typographia em consequencia da linguagem de que tem uzado essa folha politica, que esquecendo-se de suas obrigações, de seus principios, tem se prestado a que em suas columnas se imprima toda e qualquer offensa estranha inteiramente aos principios que cumpra sustentar, por sua duvida a muito rabulice de sua alta missão, que como folha politica convinha collocar-se, e levar a imprensa ao nivel da mendicancia.

II.

Depois que o *Conservador* se nivelou a esses jornaes que sem politica só se prestão aos insultos; tem corrido tres typographias, a da *Temperança*, a do *Observador*, e a do Sr. Frias por ultimo e com todos os tres editores tem tido contestações; e é para admirar que a do *Observador* sendo de um primo do Redactor em chefe, mesmo assim lá não se conservou por muito tempo, alem disso já a do *Publicador* foi fallada para fazer a impressõ da folha, porem o edictor não quiz; de sorte que hoje estão reduzidos a si, compondo e imprimindo essa folha no quintal de uma casa, notando-se que devem soffrer a multa da lei, uma vez que não pagão os direitos exigidos por ella.

III.

A ser verdade tudo isso, onde está a dignidade do orgão do partido *Conservador*? onde está a consideração e moralidade que lhe deve ser propria? Por um lado vemos os Redactores na villa do Brejo chamados alli para responderem criminalmente, um pelo assassinato do tenente Roberto Francisco Coelho e outro por falsidades praticadas em eleições; por outro vemos a impressõ da folha banida de todas as typographias da provincia sendo impressa n'uma casa, e por outra finalmente, a redacção entregue a um terceiro, que tem abuzado da confiança que lhe depositarão enchendo as columnas com artigos estranhos ao seu programma.

IV.

Ora avista destas considerações como poderá continuar o *Conservador* a discutir a sua politica? por maneira nenhuma, em quanto não se collocar em posição mais noble. Não somos politicos, e nem escriptores, senão aprofundariamos esta questao que apenas de vez em quando nella, porem deixamos nos abalar.

n'uma e outra cauza, que apicem estas nossas considerações.

—Por julgarmos aproveitar o nosso programma, com o extracto abaixo o daremos aos nossos leitores, como documento do que hemos dito a respeito do assassinato do tenente Roberto Francisco Coelho, augmentado com as notas que nelle se lê.

Fique certo o Sr. Dionizio A. de Carvalho que jamais deixaremos esta questão em quanto S. S. não se justicar perante o paiz, porque não é com a despronuncia do Sr. Lavour que S. S. fica justificado; e conte que em quanto assim não acontecer estaremos sempre na estacada da imprensa advogando essa causa, para nós a mais santa e justa, e se por ventura, esta folha desaparecer continuaremos a fallar desse assassinato em qualquer outra, afim de o desmascararmos; hypocrita; sobre quem peza tamanho crime!!

Lê-se no *Supplemento da Imprensa* n.º 22 de 17 do corrente:

Uma despronuncia illegal e immoral, ou o proprio juiz constituído advogado de réo.

Sem mais commentarios entregamos ao criterio dos exms. srs. ministro da justiça, presidente e chefe de policia da provincia, e do povo Brasileiro em geral, o summario crime instaurado pela morte do tenente Roberto Francisco Coelho, para verem como é que havendo seis testemunhas—que declaram quaes os mandantes e quaes os mandatarios dessa morte, que teve lugar em 1845, com todas as suas circumstancias, não se pejou o delegado de policia e quarto suplente do juiz municipal da villa do Brejo Antonio Luiz de Lavour Paes de declarar improcedente esse summario ex-officio, sob pretexto de serem o escrivão e as testemunhas inimigas capitães dos indicados mandantes, e por isso os depoimentos destas baseados em ditos alheios e nas presumpções ou juizos de conjecturas; e por outros motivos *extra-judiciaes*!

Note-se que não se inquirirão as pessoas a quem as testemunhas se referirão em seus depoimentos!

Note-se que para a pronuncia bastão indícios vehementes de quem sejam os delinquentes, quanto mais havendo provas reaes dos verdadeiros mandantes e mandatarios.

Note-se que na formação da culpa não é admissivel defesa ou motivo justificativo dado pelo réo quanto mais pelo proprio juiz do processo—Avisos n.º 46 de 16 de fevereiro de 1854 e n.º 133 de 14 de abril de 1858!

Note-se que a testemunha por ser inimiga dos indicados não deixa de ser inquirida, porque no acto da inquirição ou das perguntas pode ella ser contestada, e ser-lhe provada a inimidade, para que se lhe dê o pezo, que em direito merecer fisto no jury—Aviso de 2 de setembro de 1834!

Note-se, que não se mandou ouvir o promotor antes do despacho de não pronuncia para, na forma da lei, dar a sua opinião sobre a proceden-

cia ou improcedencia do summario, ou requerer a bem da justiça o que achasse conveniente!

Note-se que estando no districto da sua jurisdicção o 2.º, e 3.º supplentes do juizo municipal; o escrivão Lino José Placido fez illegalmente os autos conclusos para o despacho ao 4.º suplente Lavour Paes, por não estarem aquelles na villa, embora estivessem no districto de sua jurisdicção!

Note-se que os autos foram conclusos em 15 de fevereiro p. e o despacho foi proferido logo no dia seguinte!

Felizmente, o promotor recorre para o sr. dr. juiz de direito da comarca, e é de esperar que s. s. usando da facultade, que lhe conferem o art. 25 § 3 da lei de 8 de dezembro de 1841 e 200 § 2 do regul. de 31 de janeiro de 1842, mande proceder ou proceda por si mesmo as diligencias necessarias, ou para sanar qualquer nullidade ou para mais amplo conhecimento da verdade e circumstancias que possam influir no julgamento, pois não é possível, que tantos crimes denunciados circumstanciadamente, como o assassinato do tenente Roberto, dito do mandatorio Pedro de Genoveva, roubo de autos pelo escrivão Monteiro, irmão d'um dos indicados etc. etc. fiquem impunes.

Felizmente tambem, a prescripção está interrompida, e assim por longo tempo ajada estará a espada da justiça pendente sobre a cabeça dos delinquentes.

De que serve ser o processo julgado improcedente por um juiz *ad hoc* por um escandaloso patronato, e pela preterição de todas as leis, e de todas as regras do justo e do honesto, se a propria despronuncia em grau de recurso não impede que, em quanto o crime não prescrever, possa repetir-se a queixa ou denuncia contra o réo despronunciado, se contra elle novis provas apparecerem; visto que não se pode applicar a palavra *absolvido* do art. 327 do cod. do proc. crim. aquelle que é despronunciado, sendo ao que for definitivamente julgado; sendo certo que a decisão mesmo em grau de recurso não pode ter maior effeito do que tinha a decisão do Jury de accusação, não obstante a qual se podia repetir a queixa ou denuncia, tudo segundo a doutrina do Aviso n.º 306 de 27 de dezembro de 1855?

Em quanto, pois, não houver decisão do jury, passada em julgado, estão os delinquentes sujeitos á acção da justiça, e confiamos em Deus—que tempo virá ainda, em que um novo processo melhor organizado por um juiz, que não pactue com o crime, fará punir os verdadeiros assassinos do infeliz tenente Coelho e de Pedro da Genoveva.

Em breve explicaremos o motivo por que Lavour Paes protegeo aos indicados, e está perseguindo os seus denunciantes.

Abaixo seguem as peças do summario de que tracta este artigo.

X. F.

Peças do summario.

—Diz o major Leonardo José de Lima, que tendo-se no juizo municipal desta villa, por ordem do Dr. chefe de policia, se instaurado um processo crime contra Dionizio Alves de Carvalho, e outros, pelo assassinato perpetrado na pes-

Substituto Antonio Manoel de
Bis e Juiz

soado tenente Roberto Francisco Coelho, e constando ao Supplicante que o 4.º supplente do juiz municipal, sem formalidade alguma, e contra o disposto na lei, e ordem do governo, arrogando-se a si o referido processo o julgara improcedente; e como o supplicante receia que o juiz municipal não lhe mande dar por certidão o dito processo, como já em outros casos tem feito; o supplicante a bem da justiça requer a V. S. lhe mande dar por certidão todo o processado: por tanto

P. a V. S. Hlm. Sr. Dr. juiz de direito, se sirva deferir na forma requerida.

E. R. Mc.

P. Brejo 18 de fevereiro de 1860.—Correia Lima.

Officio do chefe de policia.

Certifico, que o que pede o supplicante, é do teor seguinte:—Secretaria de policia do Maranhão 29 de agosto de 1859. N.º 84 —Hlm. Sr.—Recebi o officio reservado de V. S. de data de 16 de agosto corrente, cobrindo o recurso interposto por João Jorge de Sousa, que se achava pronunciado pelo crime de homicidio praticado na pessoa do tenente Roberto Francisco Coelho, em virtude do qual tendo sido aquelle dispronunciado, V. S. aponta como mandante do dito homicidio Dyonisio Alves de Carvalho, morador nesta cidade, e mandatarios Jacinto, Pedro de Genova já fallecido, e Nicandio, moradores nesse termo. E que não estando ainda prescripto esse crime convem que se instaure o competente processo. Em resposta sou a dizer a V. S. que sendo o districto da culpa aquelle lugar em que foi commettido o delicto, e onde reside o réo, e que sendo a morte commettida no lugar Jurema da freguesia do Burity desse termo, e morando ali dous co-réos, e as testemunhas melhormente deve V. S. mandar prender a aquelles, e instaurar o competente processo, como dispõem os artigos 149, 329 do codigo do processo, 270 das instrucções de 31 de janeiro de 1842, visto que o crime ainda não está prescripto.—Presos logo os dous reos ahi residentes, e á respeito do que V. S. dever-se-ha entender com o capitão delegado, a quem eu a dias remetti uma relação de criminosos para serem presos inclusive estes dous, o residente nesta cidade será preso, por não ser suspeito de fuga, depois da pronuncia, logo que V. S. me requisitar por carta precatoria, em que venha transcripta a pronuncia, como determina o art. 178 do codigo do processo. Assim pois fica respellido o seu supracitado officio. Deos guarde a V. S. Hlm. Sr. Torcato Dias Monteiro, juiz municipal do Brejo.—Chefe de policia interino Joaquim Jorge dos Santos.

Corpo de delicto.

Anto de exame e corpo de delicto directo que mandou proceder ex-officio o delegado de policia supplente deste termo nos ferimentos do tenente Roberto Francisco Coelho, como abaixo se declara.—Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1845 annos, aos 14 dias do mez de março do dito anno nesta povoação de Santa Anna do Burity, termo da villa de San' Bernardo, comarca do Brejo, provincia do Maranhão, em casa que serve de destacamento da mesma, onde foi vindo o delegado supplente do mesmo termo o capitão João de Souza Coutinho, commigo escrivão ao diante nomeado, e sendo ahi estava presente o tenente Roberto Francisco Coelho, em quem o dito delegado mandou fazer o dito exame, e nomeou para peritos o pharmaceutico Mamede Veras de Cantuaria, e Victorino José de Kois, a quem o delegado lhes deu o juramento dos Santos Evangelhos, sob cargo do qual lhes encarregou que bem e fielmente entrassem naquelle exame e declarassem quanto a todas as circunstancias do tenente Roberto Fran-

cisco Coelho, suas profundidades, quantidades, instrumentos com que julgassem tnhão sido feitas, e que avaliassem o damno causado, e sendo por elles aceito dito juramento assim o prometterão cumprir, e passando a fazerem suas observações declararão na presença do delegado e na minha, que o dito tenente tinha onze ferimentos de balla e chumbo, sendo dous gravemente, e nove levemente: o primeiro ferimento mortal é de uma balla que recebeu na nadega do lado direito, e sahio no mesmo lado, na parte do centro do vinculo da virilha, meia pollegada, com largura de meia pollegada pouco mais ou menos, agravando somente os tendões mais visinhos; e que parecia ser feito com arma fina. Segundo, de um carozo de chumbo bastardo abaixo do peito esquerdo seis pollegadas aggravando o prisote das costellas ambos mortalmente, e nove tambem feitas com chumbo de qualidade do primeiro, sendo um acima do dito peito duas pollegadas, e outro no centro em cima das crises no mesmo peito, trez no braço esquerdo com duas polegadas de distancia umas das outras, dois nos tendões abaixo do hombro dito com tres polegadas um do outro, e dois ditos abaixo da nadega pela parte inferior da balla, o primeiro trez pollegadas, e o segundo cinco ditas, e que avaliarão o damno causado em quatrocentos mil reis, e por nada mais terem a declarar houve o delegado o exame por feito e concluido e mandou lavrar o presente auto em que assignou com os peritos e testemunhas presentes, Leandro José Alves de Sousa, e José Joaquim Guimarães, e vai numerado e rubricado pelo delegado.—Eu Joaquim d'Aranjo Chaves, escrivão interino o escrivão.—João de Souza Coutinho.—Mamede Veras de Cantuaria.—Victorino José de Kois.—Leandro José Alves de Sousa.—José Joaquim Guimarães.

Mandado.

O capitão Raymundo d'Araujo Lima, juiz municipal interino do termo do Brejo, provincia do Maranhão.—Mandado ao escrivão, ou qualquer official de justiça deste juizo á quem este for apresentado, tudo por mim assignado, que dirija-se a freguesia de Santa Anna do Burity, e nesta notifiquem testemunhas que tenham sciencia do facto da morte perpetrada na pessoa do tenente Roberto Francisco Coelho, no lugar—Jurema, no mez de março de 1845, á fim de deporem sobre tal assassinato: assim o cumpria no prazo breve, sob pena da lei.—Brejo 12 de setembro de 1859.—Eu Leonardo José de Lima, escrivão o escrivão.—Araujo Lima.—Certifico eu meirinho abaixo assignado que fui a freguesia do Burity, e notifiqui a José Francisco Serejo, Luiz Pereira do Lago, e Isaquiel Severino Campello, e nesta freguesia do Brejo, a João José do Rego, Miguel Ribeiro de Brito e Luiz José Pinheiro, para todo o conteúdo do mandado supra, do que dou ff.—Brejo 20 de setembro de 1859.—Antonio Botelho Ribeiro.—Dou ff. notificar ao Dr. Aniceto José Borges, promotor publico da comarca para assistir a todo o processado, o qual ficon sciente.—Brejo 17 de setembro de 1859.—Leonardo José de Lima.

Testemunha primeira.

O capitão José Francisco Serejo, idade 60 annos, lavrador, casado, natural e morador na freguesia de Santa Anna do Burity: e do costume disse nada:—testemunha jurada aos Santos Evangelhos em um livro d'elles em que poz sua mão direita, e prometteo dizer a verdade do que souhesse e lhe fosse perguntado, e sendo-lhe perguntado sobre o conteúdo da morte perpetrada na pessoa do tenente Roberto Francisco Coelho, constante do corpo de delicto? Disse elle testemunha que sabe ter o fallecido Roberto Francisco Coelho levado dous tiros em março de 1845 quando hia para Caxias, no lugar Tustado logo acima de Jurema, freguesia do Burity, e que desses tiros, poucos dias falleceu nesta villa, e que antes de fallecer querava se ser o seu matador Dyonisio Alves de Carvalho, do quem era inimigo: disse mais que logo que correio a noticia nesta villa, de terem dado os tiros no mesmo Roberto geralmente a opinião publica indigitou a Dyonisio Alves de Carvalho.—Disse mais que dias depois

1.º Não é possível que a opinião publica indigite algum

dos tiros indo elle testemunha com o alleres Lima, com uma escolta explorar o lugar do acontecimento, virão a espera aonde se achavão occultos os assassinos; e na volta pegarão a Camillo de tal, vaqueiro de Benedicto Gonçalves Machado (b) e o pondo em confissão, declarou o dito vaqueiro que, os que se achavão na tocaia, e tinham commettido o crime, tinham sido Pedro de Genova, aggregado de Joaquim d'Almeida Bastos Fonseca, Jacinto, aggregado de Benedicto Gonçalves Machado, e Nicandio, e que este na occasião do delicto tinha ido a pescaria perto da Tuciaia, e perguntando mais quem tinha mandado postar aquella Tuciaia? Respondeu que tinha sido Joaquim d'Almeida Bastos Fonseca, e que havia mais duas tuciaias em diferentes estradas, sendo uma de Benedicto Gonçalves Machado, e outra de José de Meirelles Pinto: e elle testemunha com o mesmo Lima, condusirão Camillo, e mandando preso ao delegado, para proceder as suas averiguações, o mandou soltar.—Perguntado que razão havia para assassinarem ao dito tenente Roberto? Respondeu que sendo Dyonisio Alves de Carvalho, inimigo d'elle, e até mandou Joaquim d'Almeida Bastos Fonseca, instaurar um processo ao mesmo Roberto, e como não tivesse effeito por ter sido despronunciado em recurso, e mesmo tendo nessa epocha apparecido uma correspondencia denominada—Dungas—na qual apresentava ao publico os defeitos de Dyonisio e seus cunhados, cuidou Dyonisio em aplicar a vingança pelo assassinato, como correo a voz publica na villa, encarregando a execução do crime, aos trez acima declarados, sendo a tuciaia de Almeida, que executou, e disso mesmo fez publico na povoação do Burity, o coronel Antonio José Martins, logo depois do delicto. Disse mais que desde a epocha do assassinato de Roberto, todo o publico até hoje conserva a opinião publica, como indigitado mandante Dyonisio Alves de Carvalho, (c) Joaquim d'Almeida Bastos Fonseca, José de Meirelles Pinto, Benedicto Gonçalves Machado e Felipe Alves de Carvalho, como já tem sido publicado pela imprensa.—Perguntado mais se tem convicção terem sido todos os acima declarados, os mandantes?—Respondeu que de Dyonisio Alves de Carvalho (d) tem toda a convicção, porque alem do fallecido antes de morrer declarar, como sobre elle peza tal accusação do delicto, e os outros por conveniencia ao Dyonisio, como cunhados. Perguntado se não sabe se em algum tempo houvesse processo crime á respeito desta morte?—Respondeu que a poucos dias ouviu dizer ter apparecido um processo, onde figura o autor João Jorge, e que elle testemunha tambem sabe ter no anno de 1854, o dr. juiz municipal Manoel Moreira Guerra, instaurado o processo crime contra Dyonisio Alves de Carvalho, pela morte do finado Roberto Francisco Coelho, e que retirando-se o mesmo Guerra para o Maranhão Antonio de Souza Monteiro, como irmão de Dyonisio deu sumigo ao tal processo do seu cartorio.—Perguntado onde se achão os mandantes, e mandatarios?—Respondeu que Dyonisio Alves de Carvalho mudou-se para Maranhão em julho de 1854; Joaquim de Almeida Bastos Fonseca tem estado em Maranhão, e de presente na freguesia do Burity; Benedicto Gonçalves Machado neste termo, Meirelles já é fallecido, Jacintão, ora está no Piahy, ora aqui neste termo, como tambem Nicandio, e Pedro de Genova foi assassinado em maio de 1854, por ter revelado o assassinato do tenente Roberto Francisco Coelho, cujo assassinato de Pedro de Genova, foi perpetrado pelo mesmo Jacintão, Antonio de Castro e Jesuino escravo de Benedicto Gonçalves Machado, e isto lhe contou João Evangelista, por haver, contado a este a amasia de Pedro, de nome Jeuveva. Perguntado se não

de um facto sem que para isso não haja indicios, logo não podia ser o Sr. Dionisio indigitado como mandante do barbaro assassinato do tenente Roberto Francisco Coelho sem que não houvesse algum fundamento.

(b) Vede bem leitores que Camillo é vaqueiro do cunhado de Dionisio, Benedicto Gonçalves Machado, elle na tuciaia com Pedro, aggregado de Joaquim d'Almeida Bastos Fonseca, e Jacintão aggregado de Benedicto Gonçalves Machado, já deixa ver um indicio vehemente de que Dionisio é mandante desse barbaro assassinato.

(c) Ainda a opinião publica indigitando a Dionisio como mandante e note-se que até hoje; e ainda querá esse homem livrar-se dessa occasião bem fundada?

(d) Attenção para o que diz o Sr. capitão José Francisco Serejo em seu depoimento, quando diz que de Dionisio tem toda convicção ser elle o mandante desse barbaro assassinato, digo barbaro por que os assassinos não pouparão a occasião qual á de vir a victima acompanhada com sua consorte que achava se no ultimo mez de sua gravidez.

sabia que já tivesse instaurado processo pela morte de Pedro de Genova?—Respondeu que ainda não se instaurou, e as autoridades da localidade receião-se de tal proceder.—Perguntado aonde mora Genova?—Respondeu que depois do acontecimento da morte de Pedro, ella para não lhe acontecer o mesmo, mudou-se para o Brejinho, freguesia da Chapadilha.—Perguntado se de mais nada sabe á respeito da morte do finado Roberto?—Respondeu que ouviu dizer que Dyonisio 'e' havia revellado ser o autor ao capitão João José do Rego, de quem era amigo, e que Rego, talvez possa melhor esclarecer a justiça á respeito: nada mais lhe foi perguntado digno.—Perguntado se não sabe aonde existe Jesuino, escravo de Benedicto Gonçalves Machado, e bem assim Antonio de Castro?—Respondeu que o dito escravo está em casa de seu senhor, e Antonio de Castro consta existir em casa de José de Meirelles Pinto, no Riacho do Meio, perto desta villa.—E por nada mais saber, nem lhe ser perguntado, deo-se por findo este depoimento depois de lhe ser lido e o achou conforme, e assignou com o juiz, do que dou ff.—Eu Leonardo José de Lima, escrivão o escrivão.—Teixeira —José Francisco Serejo.

(Continúa.)

Questão celebre sobre o assassinato do Major João Facundo de Castro Menezes 5.º Vice-Presidente da provincia do Ceará, aos 8 de Dezembro de 1841—extraída de um folheto impresso naquella Provincia no anno de 1848, na Typographia de J. A. O. rua do Q.

(Continuado do n. antecedente.)

Depoimento de Manoel Antonio de Hollanda, tomado ad perpetuum rei memoriam á requerimento da denunciante D. Florencia Facundo, antes de ser elle descoberto por um dos assassinos.

Aos 25 de Agosto de 1846, nesta cidade da Fortaleza etc. etc. Perguntou o mesmo juiz á elle testemunha: o que sabia relativo a morte do finado João Facundo de Castro Menezes? Respondeo, que tendo em sua companhia muitos annos o preto lorro Antonio Abrão, o qual nada fazia, que não contasse á elle testemunha, disse lhe por muitas vezes, que fora elle e Pedro Chagas, que ao noite do dia 8 de dezembro 1841 assassinarão com dous tiros ao dito Facundo com uma bacamarte, e uma espingarda atirando com esta Pedro Chagas, e com o bacamarte Antonio Abrão, e levarão em sua companhia o parido Antonio Pinto, e um soldado de 1.ª linha camarada do Alferes Jacarandá, (1) para cujo assassino foram convidados por Manoel Ignacio, que lhe disse a elle ser por mandado de seu irmão Manoel Bezerra d'Albuquerque, e que tambem tiverão ordem de espancar a José Lourenço. Disse mais: que em outra occasião lhe contara o mesmo Abrão, que tendo chegado Manoel Bezerra de fora, se lhe não enganava de Pernambuco, foi elle Abrão a sua casa pedir a recompensa da empresa que havia feito; ao que lhe respondeu Bezerra, vosses vão a casa daquelle outro diabo (referido-se a Jacarandá) elle tambem já devia estar morto, visto que nada tem querido dar, pois elle só da mulher do presidente recebeu 1000.000 reis, para todos, alem do que prometteo o coronel Agostinho, e o dr. Miguel: eu nada recebi, e não mandei matar e sim espancar. Perguntou-lhe mais o Juiz á elle testemunha, se tinha parentesco, amizade, ou inimicida com alguma das pessoas, de que acabava de fallar? Respondeo, que não tinha parentesco, nem amizade ou inimicida com as pessoas de quem acabava de fallar, a excepção do preto Abrão.

(e) Eis Dionisio revelando ao seu amigo o capitão Rego ter sido elle o mandante, então Sr. Juiz, quaes os fundamentos que achastes para despronuncia? Seria somente para pagardes o beneficio que deveis a esse Dionisio de ter elle influido para que nessa villa do Brejo estejas comendo o pão quotidiano proveniente de uma cadeira de latim da qual o Sr. Lavour (juiz da despronuncia e o professor sem alumnos. Não era máo que S. Exc. o Sr. Presidente fizesse com que fosse essa cadeira supressa, que era proceder justiciero, e de economia para o physico thesouro provincial.

(1) Em 1846 refere Hollanda estes factos da espingarda e bacamarte, e do soldado camarada de Jacarandá, com o que agora em 1848 concorda Pedro Chagas no seu primeiro interrogatorio!! Poder-se ha duvidar da veridade d'elle? São dous assassinos, que em diferentes tempos e diversos lugares se confessão?

como já disse por o ter em sua casa muitos annos; e nada mais disse, nem lhe foi perguntado. 2.º Escrivão Candido José Pamplona, o juiz Vicente Mendes, testemunha Manuel Antonio de Hollanda.

Testemunha 1.ª do processo por denuncia de D. Florencia

Manoel Martins Nogueira &c. Perguntou o Juiz como sabia elle testemunha, que Antonio Abrão declarara, que Pedro Chagas havia sido um dos que atirou no major Facundo? Resp. que estando em Principe Imperial, ahi ouvia dizer, que Antonio Abrão, quando estivera preso, contara, que elle, Pedro Chagas, João Pinto, Antonio Pinto e Manoel d'Hollanda, era os que tinham ido matar ao major João Facundo de C.M. apaladas por um soldado, que dava o capitão Jacarandá para se com elles executar aquella morte; o que tambem confessara Pedro Chagas, quando fallara com o coronel Victoriano, assim como tambem por uma mulher que levava as armas debaixo do braço.

Testemunha 2.ª tambem do processo por denuncia.

Francisco Raimundo Marques & A Perguntou o Juiz a elle testemunha, se em Principe Imperial não ouvira dizer alguma coisa do que contara Antonio Abrão, quando ahi estivera preso? Respondeo, que chegando elle testemunha naquella villa, e fallando com o capitão Borges, este lhe contara que tendo sido Antonio Abrão interrogado na presença d'elle capitão, do promotor publico, padre Ignacio, mais pessoas, declarara o mesmo Antonio Abrão, que havia sido elle e Pedro Chagas, haviam dado os tiros no major João Facundo, que haviam sido fallados para isso, digo, que quem havia fallado a elle e Manoel de Hollanda, para fazerem aquella morte, tinham sido o capitão Jacarandá, e Manoel Bezerra, os quaes prometterão 5000 reis, que elle Antonio Abrão, Manoel de Hollanda, Pedro Chagas, Antonio Pinto, e João Pinto, forão quem assistirão na emboscada, em que derão os tiros: que tinham andado 15 ou 20 dias sem acharem occasião da fazerem a morte, e nada mais disse.

N. B. Não se publica por extenso o depoimento destas testemunhas, porque sendo o que se omite, o mesmo que diz Pedro Chagas, de quem dizem ter ouvido, basta ler o seu interrogatorio: o as contestações que faz o reo Jacarandá.

As outras testemunhas do processo, não querendo jurar, sem duvida com medo de algum comprometimento, dizem que nada ouvirão; mas quando assim fosse, isto não podia prejudicar a estas duas: porque entre ouvir e não ouvir qualquer coisa não ha contradicção. So ha contradicção quando uma testemunha confirma, e outra nega o mesmo facto; mas se a que diz que ouviu, afirma, a que diz que não ouviu, não nega: porque quem não ouve uma coisa, não pode sustentar que ella não fosse dita. Na propria conversa familiar, uma distração qualquer fez não ouvir o que se diz: e por isso muitas vezes para responder se pede a quem falla, que repita o que disse, porque não se ouvia bem.

Passamos agora aos interrogatorios feitos ao Reo Jacarandá, e note-se como são estudadas as suas respostas para perceber-se a confissão, que a seu pezar faz de sua culpabilidade.

1.º Interrogatorio, feito ao capitão Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá.

Aos 30 dias do mez de outubro de 1848, nesta cidade da Fortaleza &c. Perguntou, onde se achava na noi-

(2) Este Hollanda foi repreguntado a 2 de junho de 1848 no processo da Justiça, onde varia acerca de algumas circunstantias, mas lá mesmo diz: palavras suas que perguntado a Antonio Abrão como tinha elles feito isto? Resp. que Pedro Chagas indo a casa do alferes Jacarandá, este lhe prometteo 160 patacoes, e que mandara com elles um soldado para mostrar o fallecido, que depois de atravarem, correram para o lado do mata cabando ahi Pedro Chagas, e rebalando um braço; que depois vindo elles a casa de Jacarandá com o diabo, este lhes deu somente 60.000 e nada mais.

Combina isto com o que diz Pedro Chagas no 2.º interrogatorio, e veja-se, como dizem ambos, um a 2 de junho nesta Capital, e outro a 24 de setembro em Piranhas de Prubay, a mesma coisa com insignificantes differenças de 100 a 160 patacoes, e de 600.000 a pouco mais ou menos. De dous patacos, que pagou Jacarandá?

te de 8 de dezembro de 1841? Resp. que no palacio do governo nesta cidade. Perguntou, se la estava, quando ouviu dous tiros? Respondeo, que la estava quando chegou o Furriel particular José de Souza Pacheco, ordenando, dizendo, Sr. presidente, matao major Facundo com dous tiros. 3.º fazendo voltar da porta de palacio o capitão Luiz Xavier Torres, que hia sahindo. Perguntou mais se nunca ouvira fallar antes da morte do major Facundo, que o pretendião matar? Respondeo que não, pois poucos dias antes se havia revollado do destacamento do Crato. 4.º Perguntou mais, se na occasião em que o ordenança disse, que tinham morto o major Facundo, o presidente, ou alguma das pessoas que ahi se achavão, não tinha dito alguma coisa? Respondeo, que o presidente disse, largando as cartas do voltarete: será possível, que na minha administração se fara um assassinato na capital? E segundo—e grande alvoreço na partida que entao se dava, o presidente, e o chefe de policia começaram a expedir ordens, sahindo o chefe de policia para mandar tocar reunir no corpo policial. Perguntou mais, o interrogado de palacio para onde fora? Respondeo, que pelas 10 horas para mais sahira de palacio para sua casa em companhia do tenente coronel Francisco Xavier Torres, dr. Miguel Fernandes Vieira, e pai deste Francisco Fernandes Vieira, e outras pessoas, que moravão para parte de sua casa. Perguntou mais, se não conhecia Antonio Abrão, Pedro José das Chagas, Manoel Antonio de Hollanda, e Antonio e João Pinto? Respondeo, que a nenhum conhecia, e se vio-os, não se lembra, digo não sabe. 5.º Perguntou mais, se nunca ouvira fallar no nome de taes pessoas. Respondeo, que nunca ouvira fallar no nome de taes pessoas, senão depois que virá no Pará a copia de um interrogatorio, que nelles se fallava, vindo dito interrogatorio por lhe dar o capitão Cristiano Pereira de Azevedo Castro, tenente Juvencio Manoel Cabral de Menezes, aos quaes Joaquim José Barbosa confiara como é testemunha Victoriano Augusto Borges. Perguntou mais, se nunca tinha ouvido antes de sair desta provincia donde tinha partido a morte do major João Facundo? Respondeo, que ouviu fallar somente, que o partido caranguço é que tinha mandado fazer esta morte, (6.º o que nas folhas se preparara, (7.º) mas que elle interrogado nunca ouvira fallar em nome de pessoa alguma como mandante ou executor de tal morte. (8.º) Mais não disse, nem lhe foi perguntado, Candido José Pamplona Escrivão, Tristão d'Alencar Araripe, Juiz, Joaquim de Sousa Jacarandá.

(Continúa.)

3.º Não se lhe perguntou isto, mas sim onde estava, quando ouviu dous tiros; e isto é diferente da resposta de estar em palacio, quando chegou o Furriel, dizendo de toda a subtração gera suspeitas!

4.º Nunca fazia tão poucos dias, quando antes do assassinato, mas depois da sua chegada do Crato, tentou o interrogado espancar publicamente ao dr. José Lourenço, como em outra occasião o fiserá ao sr. Elv, logo fallecido, e então paralitico: sendo assim o interrogado o mais apto para a morte de Facundo.

5.º Nem ao menos Pedro Chagas? De tractos a memoria, que se hade lembrar, que ja o vio, e communicou?

6.º O que e isso? Quer o interrogado accuzar o partido, ou acobertar-se com elle para ganhar defensores, fazendo de bom partidista, como impoz no jury? A causa não e de partido, mais de assassino, que não honra, sim infama os partidos. Quando o reo procura apadriñar-se, e visto confessar a accusação.

7.º Quando as folhas tractarão deste crime, nunca devião de determinar o interrogado: elle porem separando estas duas circumstantias, para fazer-se esquecido de uma, que aha e associada a outra, caber em estudada negativa, e descobre-se claramente: porque a negação da que e publico e notorio faz mais do que confessar: porque desconfiança ainda o que e verdadeiro.

8.º Surdez extrema!!! A imprensa da opposição d'então, e fora della a voz publica sempre indigitarão mandantes, e executores desta morte: semelhantes negativas pois implica falta de legitimos recursos, e não se harmoniza com a curiosidade, que taes factos despertão, e pertencem falta de honra e sinceridade, que senão casa com a verdade.

VARIEDADES.

Carta do pequeno Pascacio, ao seu amigo o Cabello-Vermelho com suas notas.

Amigo Cabello-Vermelho,

— Communico-te que cheguei nesta villa no dia 12 do preterito com saude e boa viagem. Estimo que tenhas passado bem.

Acaba de ser nomeado para o cargo de subdelegado de policia desta villa, o cidadão Francisco Rodrigues da Silva Lages, residente na freguezia de S. Bernardo terceiro districto deste municipio, e porque fossem illudidos em tal nomeação attenda a residencia do individuo nomeado, peço-te o favor de levars esta circumstancia a consideração de quem pertencer para deliberar a respeito como bem entender em sua sabedoria.

Se me fosse permitido eu pedir-te-hia, que sendo demittido o referido Lages, fosse elle substituido por um dos seguintes: capitão Luiz d'Almeida Martins Costa, capitão José de Azevelles Pinto (1), capitão Antonio Alves de Carvalho (2) todos são pessoas dignas de maior respeito (3).

Pretendo d'aqui partir no dia 15 do presente.

Com estima e consideração sou

Teo am.º att.º obr.º e cr.º

Brejo 1.º de março de 1860.

PASCACIO.

A FLORESTA,

ou

O ROUBO, ASSASSINATO E DESFLORAMENTO DOS CIGANOS.

ROMANCE HISTORICO, POR

UM MARANHENSE.

Este romance por certo cheio de episodios dignos de admiração, é por sem duvida os primeiros ensaios desse jovem esperançoso. Elle não teve em vista o adquirir nome pelo estylo, mas sim coordenar esse facto horroroso com as ideas do sentimentalismo.

CAPITULO I.

Em tantos de tal no anno tal na Floresta de . . . perto da villa do Brejo dos Anapurus; vindo de longe em grande caravella, uma familia de Ciganos, que como sabem os amados leitores vivem constantemente em commercio ambulante; e como já a noite não tardasse, fizeram ali o seu pouzo por essa noite, começaram a descarregar os animaes, peal-os em lugar de pastagem, e as mulheres a tractar de agasalhar os pequenos filhos. Já a noite era alta; a lua triste espargia seus frouxos raios e as estrellas brilhavam a furto d'entre as espessas nuvens quando acabaram de tano lidar, e assim entregaram-se a Deos, por aquella noite.

Tudo era silencio: a noite adormecia tranquilamente, e a mesma lua de espaço a espaço se occultava em seus opacos véos, que até mesmo na solitaria habitação dos mortos tudo era silencio e mal apenas o triste piar do mocho quebrava a solidão indo morrer nos confins do bosque.

Entregues ao somno essa pobre gente pelo cansaço do dia, apenas despertavam pelo sylilar

(1) Este e um dos mandantes da morte do infel. tenente Roberto Francisco Coelho, como se ve do Supplemento a Imprensa de 17 do corrente.

(2) Este e um nome de Brejo. Alves de Carvalho e pouco conhecido.

(3) O mesmo.

do vento na ramagem das arvores e fuzilar do relampago no horizonte, que annunciava que mais tarde cabiria sobre elles uma grande tempestade.

A donzella cigana que dormia com sua mãe, de quando em vez deixava ouvir em sonho as seguintes frases: Deixai-me monstro!! Não venhas com o teu halito impuro fazer murxar a flor que ainda está em botão!!! Não abuzes do deserto e nem das trevas para saciares teus brutaes desejos!! porem logo a mãe acordava e chamava por ella e perguntava-lhe o que tinha ao que ella respondia que nada. Tambem por outro lado o chefe desse bando em sonho deixava ouvir as seguintes palavras: Oh! jamais conseguirão seus intentos, poderão matarem-me, roubarem-me, porem a donzella será defendida, até que entregue ao somno nada dizia. Nessa hora de tristeza e de mortal silencio foi que o barriga-lisa com os seus cangaceiros atacarão de surpresa essas creaturas que permanecião sem defeza.

No numero seguinte continuaremos.

Continuação dos altos feitos do barriga-lisa.

No n.º 7 desta folha deixamos este heróe por affluencia de materia; porem agora que estamos desocupado, continuaremos a por patente as façanhas do tal meliante; não obstante estar esse animal foragido lá para a Tutoya, porque o processo do assassinato do tenente Roberto, tem lhe dado que fazer; e ad cautelam para não ir para a cadeia porque se bem que diga que é capitão da Guarda Nacional, todavia sabe-se de fonte limpa que tal não é; foi não ha duvida capitão da antiga Guarda Nacional, porem com a lei nova deixou de ser, uma vez que não teve outra nomeação, e nem consta que tivesse sido reformado naquelle posto.

Secunda Maria da Conceição, por mandado da mulher do barriga-lisa foi snrrada pelos cangaceiros do tal barriga-lisa, e sendo tão escandaloso esse facto forão os taes instrumentos ao jury; porem forão absolvidos.

No anno de 1855 Antonio de Castro matou a mandado do barriga-lisa e outros á Pedro de Geneveva que com Nicando forão os assassinos do tenente Roberto Francisco Coelho, que ainda hoje está sem punição, o que não admira; pois lá mesmo, Francisco Carpina, mandando matar a sua mulher ainda hoje não respondeu por esse crime, porem tudo isso devido a influencia de Benedicto Gonçalves Machado, que sendo irmão de Francisco Carpina, é tambem cunhado do barriga-lisa.

A viuva do capitão Florencio ainda está hoje por haver 24:320 que lhe deve o barriga-lisa, objectos que comprou em vida de seu marido na loja que este tinha no Brejo; mas segundo nos escrevem dali elle está em talas, com os processos, até o pequeno Pascacio, que deixando aqui a redacção do Conservador anda por lá livrando-se da cadeia; e não haver uma excommunição para esses inféis!!! porem deixe estar que elles não estão escapos do P.º Marcollino, e nem de uma certa redacção, e nós seremos os primeiros a dizer, fogo nelles sem piedade.

(Continua.)

Atenção.

O mesmo Pascacio metteu-se a poeta e com elle tocou-se em al.º um.º d'uma.º mais.º nas

parêdes da casa de seu paé d'onde podemos extrair o seguinte:

Quadras

Offerecidas ao cabo Joaquim Pachoda (1).

Na tua frente de infame e covarde,
O teu crime se lê puramente;
Essa fronte de fero assassino!
Que tirou uma vida innocente.

A tua cara de réo, de malvado;
Os teos olhos d'algoz da innocencia,
Em ti mostram um cruel assassino!
Cujo peito não cede a clemencia.

Pois tu pensas iniquo malvado
Que teos crimes não has de expiar?
Continua a sanguinea carreira!
No patibulo irás acabar.

Facundo?! esse teu bem feitor,
Que tu monstro inhumano mataste,
Esqueceste os seus benefícios!
Que co' a morte, cruel, lhe pagaste.

És o monstro dos monstros feroces;
És o tigre dos tigres Ircanos;
Te arrepende malvado, perverso!
Rey dos monstros crués deshumanos.

O ferrete, o labéo de facinora,
Na tua cara se vê estampado,
Nos teos olhos o ardil, e malicia!
És um torpe infiel, um malvado.

PASCACIO.

Atenção!

Pedimos ao Sr. Dr. Aguiar, por dignidade sua que dê um desmentido a respeito do boato que corre, de que, S.S. não é Commendador, e nem na Secretaria competente consta houvesse semelhante despacho para S.S. por tanto esperamos que S. S. prove o contrario apresentando-o a secretaria de policia para ser registrado pois até agora não existe, como dispõe os Avisos dos ministerios do Imperio e da Justica de 1842, e como seja S.S. tenente coronel de milicias tambem o aviso do ministerio da guerra de 1857 ou 1858 obriga a que apresente o diploma que o conferio, além de ser averbado.

Portanto esperamos que o Sr. Dr. Aguiar assim faça a não querer que se acredite que indvidamente anda com a commenda de Christo.

O CURTOSO.

Declaração.

—Por falta de espaço deixa de continuar no presente numero, os artigos—O Carnaval e as traçessuras do pequeno Pascacio—porem continuará no seguinte; bem como de responder-se a publicação pedida, que lê-se no *Jornal do Commercio* d'aqui n.º 22 de 17 do corrente, assignada pelo alferes Joaquim Theodoro da Silva Freire, o que se fará com os detalhes perezos, para mostrar-se o character pouco llhano do referido Freire sobre o que tem elle dito do capitão Jacarandá, por todos os cantos e ruas desta cidade, e as lagrimas que teu derramado; por se achar em conselho.

A

1. Por outra o Cabello-Vermelho.